

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



O PROCESSO DE MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA A PARTIR DA PRODUÇÃO ACADÊMICA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL (2010 a 2022)

Rosa Lúcia Prédes Trindade¹

Kamilla Lays dos Santos Amorim²

RESUMO

Este texto consiste em uma sistematização sobre a contribuição realizada pelo Serviço Social nos estudos sobre o aprofundamento da transformação da educação superior em mercadoria no capitalismo e suas particularidades no Brasil. Para tanto, fizemos um levantamento nos repositórios dos programas de pós-graduação em Serviço Social, buscando entre as teses e dissertações produzidas no período de 2010 a 2022 as que tratam sobre a temática mencionada, totalizando 29 trabalhos no período descrito, sendo 20 dissertações e 9 teses. O critério utilizado para a seleção das produções foi a análise dos títulos, dos sumários e dos resumos dos trabalhos levantados. Através da pesquisa realizada, constatamos que as produções sobre tal objeto de investigação se concentram em torno dos principais elementos de análise: Contrarreforma da educação superior brasileira; educação superior no capitalismo dependente; e financeirização do ensino superior no Brasil.

Palavras-chave: Serviço Social, Educação Superior, Capitalismo.

ABSTRACT

This text consists of a systematization of the contribution made by Social Work in studies on the deepening of the transformation of higher education into a commodity in capitalism and its particularities in Brazil. To this end, we carried out a survey in the repositories of postgraduate programs in Social Work, searching among the theses and dissertations produced in the period from 2010 to 2022, those that deal with the mentioned theme. It was possible to detect the publication of 29 works in the described period, being 20 dissertations and 9 theses. The criterion used for the selection of productions was the analysis of the titles, summaries and summaries of the surveyed works. Through the research carried out, we found that the productions on this object of investigation are concentrated around the main elements of analysis: Counter-reform of Brazilian higher education; higher education in dependent capitalism; and financialization of higher education in Brazil.

¹ Universidade Federal de Alagoas; Doutora em Serviço Social, professora titular da Universidade Federal de Alagoas (UFAL); rosapredes@uol.com.br

² Universidade Federal de Alagoas; Doutoranda em Serviço Social (UFAL); kamilla_lays@hotmail.com

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Keywords: Social Work, Higher Education, Capitalism.

1 INTRODUÇÃO

Este tem como objetivo fazer uma apresentação do debate atual no âmbito das produções mais recentes do Serviço Social sobre o processo de mercantilização da educação superior no Brasil. Para isso, expomos as contribuições do Serviço Social sobre essa temática, como resultado do levantamento nos repositórios dos programas de pós-graduação em Serviço Social, onde foram identificadas as teses e dissertações produzidas no período de 2010 a 2022 que tratam sobre a temática mencionada, totalizando 29 trabalhos no período descrito, sendo 20 dissertações e 9 teses³.

O debate sobre a mercantilização da educação, especialmente da educação superior, tem sido cada vez mais presente nas produções acadêmicas, principalmente no campo da educação. Entretanto, foi possível perceber que esse debate tem ganhado cada vez mais espaço no âmbito do Serviço Social, seja ligado ao processo de formação profissional em Serviço Social, seja a discussão da educação superior de uma forma mais geral. Os determinantes para a predominância desse debate se devem às configurações assumidas pela educação superior nos últimos tempos, que têm afetado significativamente os cursos de Serviço Social, tendo em vista alguns fatores: o processo de crise estrutural do capital a partir da década de 1970, que fez com que o capital buscasse novos nichos de mercado a fim de aumentar sua taxa de lucratividade, como é o caso do setor educacional; as reformas educacionais

³ O critério utilizado para a seleção das produções foi a análise dos títulos, dos sumários e dos resumos dos trabalhos levantados. Através da leitura e análise das dissertações e teses, procuramos identificar o trato teórico e analítico concebido por essa área em relação à mercantilização da educação superior brasileira. Ao realizarmos esse processo, foi possível perceber que o Serviço Social tem contribuído significativamente com esse debate, promovendo e desenvolvendo a construção do conhecimento.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



promovidas pelos governos brasileiros, principalmente a partir da década de 1990; e no processo cada vez mais rápido de privatização da educação superior no Brasil.

2 PRINCIPAIS INDICADORES DO PROCESSO DE MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA NA PRODUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

2.1 Contrarreforma da educação superior brasileira

Dentre as abordagens predominantes nas produções do Serviço Social em relação à mercantilização da educação superior brasileira, umas das que mais se destacam é o seu processo de contrarreforma. De uma forma geral, as produções que tratam sobre esse processo fazem uma relação direta entre a contrarreforma da educação, como uma das manifestações da contrarreforma do Estado brasileiro, e a implantação das medidas neoliberais no Brasil a partir, principalmente, da década de 1990, como uma das respostas à crise estrutural do capital⁴.

Para Lima (2019) e Silva (2019), o processo de contrarreforma do Estado que foi aprofundado no Brasil, assim como em outros países, a partir da década de 1990 só pode ser compreendido ao analisarmos as transformações societárias que emergiram com a crise estrutural do capital. Esse cenário de crise passa a forjar um novo projeto econômico mundial capaz de reorganizar o Estado e, especialmente, as políticas sociais, reconstituindo o mercado e reduzindo, ou até mesmo eliminando, a intervenção do Estado nas diversas áreas sociais.

Esse novo projeto se concretiza através de um conjunto de medidas que foram incorporadas em escala global, entretanto os países periféricos foram os mais impactados negativamente pela adoção de tais medidas. Nesses, inicia-se um

⁴ Os trabalhos que versam sobre tal discussão centram-se na ideia de que a reforma do Estado brasileiro foi aprofundada pela crise capitalista de 1970. Nesse contexto, tem-se a abertura das políticas sociais, tais como saúde, previdência e educação, à exploração mercadológica, sendo concebidas como serviços e não mais como direitos sociais. Desse modo, o Estado se torna cada vez mais mero regulador e gerenciador dessas políticas e não mais executor delas.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



processo de retração dos direitos sociais tendo por base os ditames do neoliberalismo. No Brasil, essas mudanças ganharam força no governo de Fernando Henrique Cardoso, a partir da elaboração do Plano Diretor de Reforma do Estado.

As propostas defendidas por esse plano, apesar de terem sido colocadas como necessárias e positivas, mascaram o avanço do capitalismo e seu consequente retrocesso para a classe trabalhadora. Dessa forma, tratava-se na verdade de uma contrarreforma, pois significou perdas consideráveis no campo das políticas e dos direitos sociais. Por trás do discurso de melhor efetivação dos serviços, sustenta-se uma lógica mercadológica centrada na transferência das responsabilidades estatais para o setor privado. No caso específico da educação, tem-se um reflexo desse processo de contrarreforma que atinge principalmente a educação superior. É possível perceber mudanças significativas no seu modo de organização e em sua oferta, que passa a ter abertura para o setor privado e para outras modalidades de ensino, a exemplo da modalidade de ensino a distância. Desse modo, a educação passa a ser concebida como um nicho de mercado passível de ser explorado.

Para Ferreira (2011), durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, o processo de privatização do ensino superior brasileiro foi ampliado e acelerado. Esse movimento, diferentemente do que se esperava, foi mantido durante os governos de Luís Inácio Lula da Silva, nos quais as fronteiras entre o público e o privado foram diluídas, naturalizando-se o uso de investimentos públicos em instituições de ensino superior privadas. Além da parceria público-privada, no governo Lula houve também a continuação do incentivo à diversificação das instituições de ensino superior, o que facilitou o processo de ampliação e flexibilização das mesmas.

Medeiros (2016) afirma que o governo Lula implementou reformas regressivas no campo da educação, adotando uma postura privatizante e produtivista em nome da estabilidade macroeconômica do país. O governo Dilma Rousseff, por sua vez, preconizou um novo ciclo expansionista das instituições de ensino superior através da expansão do ensino superior privado, continuando, assim, o movimento privatizante executado nos governos anteriores. Durante o governo Dilma, os

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



principais parâmetros da educação superior foram orientados para a inovação e para o empreendedorismo, tendo como justificativa a ideia de que há uma relação positiva entre mercado, empresas e universidades.

Dessa forma, há uma apreensão de que a contrarreforma do ensino superior brasileiro tem como núcleo a lógica produtivista, que “enxerga” a educação como um potente nicho lucrativo para o capital em crise. A consequência imediata desse processo é uma intensa expansão desse nível educacional através, principalmente, da esfera privada sem que a qualidade do ensino ofertado seja igualmente priorizada.

2.2 A educação superior no capitalismo dependente

Outro elemento de análise bastante discutido na recente produção do Serviço Social sobre a mercantilização da educação superior brasileira é a condição de subordinação do Brasil aos países de capitalismo central e o lugar ocupado pelo ensino superior em um país periférico e dependente. Grande parte dos trabalhos produzidos apontam a inserção dependente do Brasil na economia mundial como elemento central para compreender o processo de transformação da educação em mercadoria no nosso país. Uma parte considerável dos trabalhos analisados utilizam como referência os estudos de Florestan Fernandes sobre os padrões dependentes de economia e educação para analisar as bases desse processo de mercantilização da educação, os quais seriam engendrados por uma heteronomia cultural. Para Arruda (2019), esses padrões dependentes afetam diretamente a educação superior brasileira, tendo em vista que materializa o projeto burguês de educação.

Essa linha argumentativa parte do pressuposto de que a universidade brasileira tem enfrentado, desde a sua formação, graves problemas. Dentre eles, destaca-se o intenso processo de expansão do ensino superior a partir da década de 1930, o qual se tratou apenas de um crescimento quantitativo, mas que não foi capaz de resolver os problemas fundamentais da educação superior em nosso país. Tais problemas só poderiam ser solucionados através de uma revolução educacional. Apoiada no

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

pensamento de Florestan Fernandes, a autora afirma que a essência do problema educacional brasileiro consiste na herança da nossa formação social, econômica e cultural do período de colonização portuguesa, do escravismo e da economia oligárquica. Essa herança seria fincada na ideia de que o ensino superior constituiria um privilégio das classes dominantes.

Para Valdo (2019), o caráter dependente da educação superior (e da universidade) brasileira pode ser percebido, desde as suas raízes, pela importação dos modelos europeus de ensino e instituição feitos pela elite e voltados para elite, além de uma formação que tem como função universalizar o projeto burguês de sociabilidade nos países dependentes⁵. O projeto de universidade forjado no Brasil tinha a função de garantir uma modernização advinda do exterior, a fim de promover uma articulação entre Brasil e Portugal. Esse processo dificultou a produção de conhecimento de forma autônoma, já que os fatores econômicos, sociais e culturais internos eram determinados por fatores externos. Mesmo com o fim do regime colonial, a heteronomia educacional do nosso país, ao contrário do que se esperava, não foi rompida. Com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a burguesia buscou articular resíduos educacionais arcaicos com os interesses da oligarquia local. Enquanto a educação nos países de capitalismo central se desenvolvia e avançava tecnologicamente, nos países periféricos a condição de dependência se mantinha.

No cenário brasileiro, dessa forma, a educação superior era obrigada a se adequar aos requisitos externos através da articulação entre a elite local e a burguesia internacional, moldando uma formação que privilegiasse as profissões liberais. Essa articulação refletia a inserção dependente do Brasil na economia mundial e o seu consequente controle externo. A partir do século XX, o capital mundial passa por uma série de transformações, superando sua fase concorrencial e adentrando na fase monopolista. Tal movimento impactou e o desenvolvimento do nosso país, afetando consequentemente o campo da educação. Chagas (2015) afirma que a Teoria

⁵ A transplantação do modelo português de universidade para o Brasil foi muito limitada, tendo em vista o atraso político e cultural do país em relação a outros países da Europa, o que fez com que a política educacional implantada aqui fosse precária e imediatista.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Marxista da Dependência permite compreender a relação periférica assumida pelo Brasil frente ao capital estrangeiro, o que possibilita o desenvolvimento do setor privado e a sua prioridade em detrimento do setor público. Tal relação de dependência afeta sobremaneira o direcionamento das políticas sociais brasileiras, que passaram a ser cada vez mais focalizadas, precarizadas e privatizadas.

Para a autora, a Teoria Marxista da Dependência é fundamental para que se possa compreender o papel subordinado assumido pela América Latina no cenário mundial. Conforme essa teoria, os países capitalistas periféricos se tornaram cada vez mais dependentes do capital estrangeiro e das determinações dos organismos internacionais ao estabelecerem parcerias com os países centrais. Para Ferrarez (2021), esses organismos passaram a condicionar a concessão de empréstimo aos seus indicadores de desenvolvimento, aos quais os países periféricos deveriam se adaptar. No caso específico da educação brasileira, ganharam destaque as orientações determinadas pelo Banco Mundial. Segundo Pereira (2019), nas elaborações e propostas do Banco Mundial, a educação vem acompanhando um lugar central, como um instrumento de combate à pobreza. Ao analisar vários relatórios produzidos pelo organismo, foi constatado que as políticas educacionais consistiam em uma estratégia de grande importância para adequar os países periféricos aos interesses dos países centrais. Dentre as principais orientações do banco, destacam-se a crescente privatização da educação e o estrangulamento da pesquisa.

Desse modo, a estratégia seria diminuir o espaço público e, em seu lugar, expandir o setor privado-mercantil em nome de um mundo mais globalizado e competitivo. Além disso, é apresentada uma lógica de flexibilização da formação, favorecendo a oferta de cursos de curta duração e na modalidade de ensino a distância, pretendendo-se atender as demandas do mercado de trabalho. Essas recomendações abriram espaço para a expansão de um crescente mercado no Brasil: o mercado da formação. Junto a esse processo, tem-se claramente o incentivo a

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

diminuição de investimentos públicos para as universidades públicas e o ataque à autonomia universitária, estimulando-se as parcerias público-privadas nesse âmbito.

Com isso, através do levantamento realizado por nós, foi possível constatar que as produções que relacionam o processo de mercantilização da educação superior com a condição dependente do Brasil partem de uma análise sobre a herança colonial brasileira no sistema educacional. Alguns estudos se centram mais no desenvolvimento da educação superior em consonância com as necessidades do mercado de trabalho capitalista, outros preconizam apreender o papel da universidade brasileira ao longo do tempo e seu caráter de dependência ao conhecimento produzido pelos países centrais. Entretanto, embora algumas produções trilhem caminhos e perspectivas teóricas diferentes, a maioria chegam na discussão sobre o papel decisivo dos organismos internacionais do capital para o aprofundamento da transformação da educação superior brasileira em mercadoria.

2.3 A financeirização do ensino superior brasileiro

Nos tempos atuais, torna-se cada vez mais visível o tratamento da educação como uma mercadoria, tendo em vista que tem se constituído como um objeto de crescente interesse do capital internacional. Estamos diante de um movimento em escala mundial onde o setor educacional passou a ser considerado como um negócio passível de ser comercializado. A educação vem se desenvolvendo como um elemento essencial na busca do capital por novos nichos de valorização capazes de gerar lucro e, nesse contexto, destaca-se a penetração do capital financeiro nesse setor.

Esse movimento não é uma exclusividade do setor educacional, uma vez que a hegemonia do capital financeiro tem perpassado todos os setores da vida social, incluindo o campo da educação, que sofreu um aprofundamento em seu processo de mercantilização. Ao analisarmos as produções recentes do Serviço Social que discutem sobre esse tema, podemos perceber que a maioria aponta a inclusão de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



grupos educacionais no mercado de ações em bolsas de valores e a entrada de grupos estrangeiros no setor educacional como momentos decisivos para a inserção do capital financeiro na educação brasileira. Para Arruda (2019), a abertura do capital educacional no mercado de ações, a partir de 2007, intensificou o processo de mercantilização e de financiamento da educação superior no Brasil, consolidando um gigantesco mercado econômico e financeiro com a formação de grandes oligopólios nesse setor. A autora chama a atenção para a o surgimento da Kroton Educacional nesse cenário, a qual se transformou na maior empresa de educação do mundo no que se refere ao valor de mercado e ao número de alunos. Esse movimento abriu espaço para que outras empresas seguissem o exemplo desse grande conglomerado, através principalmente de lucrativas fusões e aquisições no ensino superior privado brasileiro. Assim, o processo de oligopolização no setor educacional significou uma larga expansão da educação privada mercantil, concebendo-se como um negócio altamente lucrativo.

Em tempos de capital financeiro mundializado, o mercado da educação também passou a ser incentivado em uma escala mundial. Trata-se agora de um novo movimento de mercantilização, apesar de constituir parte de um mesmo processo, tendo em vista que a política de expansão assume algumas particularidades, como o controle do fundo de investimentos e do capital financeiro nesse segmento. Esse fenômeno está presente na realidade atual da educação em nosso país, como resultado da concentração e centralização de capitais, tal como ocorre em outros setores produtivos da economia. Os novos contornos que o processo de mercantilização da educação superior brasileira vai alcançando através do controle do capital financeiro acabam por destituir, ainda mais, o caráter da educação como um direito social. O forte movimento de compra e venda de instituições de ensino superior pequenas por maiores evidencia o seu tratamento como uma mercadoria com um alto potencial lucrativo para o capital.

Os empresários que compõem esses oligopólios possuem ligação direta com grandes bancos estrangeiros, os quais se interessam cada vez mais em aplicar

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

investimentos nas instituições nacionais de ensino superior. Por esse motivo, a disputa no mercado educacional brasileiro tem se tornado bastante acirrada, tendo em vista que o país apresenta uma força potente no que se refere ao número de alunos e de matrículas, tornando-se um terreno muito atrativo para o capital local e externo. Convém salientar que uma parte considerável desses grandes conglomerados tem investido principalmente na modalidade de ensino a distância, já que a sua implantação não demanda muitos gastos financeiros, aumentando assim a sua margem de lucro. A consequência disso é a oferta desmedida de uma formação aligeirada e precarizada, o que implica dizer que a mercantilização significa também precarização. Outro ponto bastante presente nas produções que fazem uma relação entre capital financeiro e mercantilização da educação é o debate a respeito do uso do fundo público pelo ensino superior privado no Brasil. Ao fazer essa discussão, os trabalhos analisam o papel que o Estado vem assumindo nesse processo e sua contribuição para a intensificar o desmonte da educação enquanto direito.

Para Lins (2017), o fundo público tem se tornado um elemento primordial para financiar e garantir a produtividade do sistema capitalista. O uso do fundo público pelo setor privado constitui uma das principais determinações dos organismos internacionais do capital para os chamados países periféricos, sob a justificativa de que essa seria uma estratégia de superação da sua condição de subdesenvolvimento. Nesses países, dos quais o Brasil também faz parte, o fundo público vem se transformando em um espaço de intensas disputas, onde de um lado se tem a demanda da classe trabalhadora pelo financiamento dos serviços públicos e, do outro, a demanda do capital pela alocação dos seus recursos no setor privado. No caso específico da educação superior, temos assistido a um agressivo desmonte das universidades públicas nos últimos tempos, como consequência desse processo.

Com isso, é notório que a intensificação da privatização e da mercantilização da educação superior brasileira tem um importante respaldo do Estado tanto através da destinação de recursos públicos para a compra de vagas em instituições privadas, quanto pela regulamentação da educação superior pela via não universitária. A

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



intermediação estatal nesse setor pode ser percebida através da isenção de impostos importantes para instituições privadas, oferta de créditos para financiar as matrículas dos alunos, emissão de títulos públicos, dentre outras medidas. Há uma certa unanimidade entre os trabalhos ao apontar o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) como uma das principais expressões de apropriação do fundo público pelo setor educacional privado na atualidade. Por isso, a discussão e a análise sobre a função desse programa no processo de mercantilização da educação estão presentes em uma considerável parcela das produções recentes do Serviço Social que tratam do tema em questão.

Os princípios legais que norteiam o FIES se coadunam com os princípios neoliberais, tendo em vista que há uma prioridade da expansão privada da educação ao haver o repasse dos recursos públicos para as instituições privadas. Desse modo, o capital privado passa a utilizar esses recursos como mecanismo de expansão, deixando para classe trabalhadora a responsabilidade pelos custos com sua educação. Com isso, os estudantes que aderem a esse programa adquirem dívidas cujos juros engrossam os lucros dos grandes bancos, que são peças fundamentais nesse processo. Daí entende-se por que a utilização do fundo público contribui para a expansão do capital financeiro.

Através da análise dos trabalhos, podemos notar que as produções consideram a penetração do capital financeiro no setor educacional como um elemento decisivo para a intensificação do processo de mercantilização, que passa a ser impulsionado de novas formas a partir desse processo. Esse fenômeno vai adquirindo novas particularidades, tendo como um dos principais estimuladores o próprio Estado, que vem diluindo as fronteiras entre o público e o privado. Embora muitos trabalhos partam de perspectivas diferentes para explicar o papel do Estado nesse processo, a maioria converge ao apontá-lo como um facilitador indispensável para a expansão e domínio do capital financeiro sobre o setor educacional. Trata-se de um fenômeno bastante atual, que está em curso e tem se aprofundado de forma muito rápida de acordo com o movimento do capital. Por isso, é de fundamental

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



importância que as produções no campo do Serviço Social deem continuidade aos estudos já existentes.

3 CONCLUSÃO

Através da análise dos trabalhos produzidos, foi possível perceber que há uma significativa contribuição do Serviço Social sobre o processo de mercantilização da educação superior no Brasil. Como se trata de uma discussão bastante ampla, as mais diversas categorias são adotadas nas produções, todas elas partindo da tradição marxista. Pelos limites deste texto, não foi possível sistematizar todas as abordagens presentes nos trabalhos levantados. Por esse motivo, destacamos as que mais apareceram neles, conforme apresentamos no decorrer do texto. É certo que, mesmo as produções que tratam sobre as mesmas abordagens e categorias, nem sempre o fazem pelo mesmo caminho ou perspectiva teórica, o que mostra que o campo da produção teórico-acadêmica do serviço social é bem plural.

Como vimos, os trabalhos se centram principalmente nas discussões sobre a contrarreforma da educação brasileira, a educação superior no capitalismo dependente e a financeirização do setor educacional, embora não se esgotem nessas. Em relação ao processo de contrarreforma, podemos notar que há uma ampla tendência dos trabalhos em discutir sobre os governos brasileiros, com destaque para os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva. Há um quantitativo bem menor em relação aos governos de Dilma Rousseff e Michel Temer, e detectamos apenas um que trata do governo de Jair Messias Bolsonaro, isso também pelo fato de muitos desses trabalhos terem sido produzidos antes ou durante a gestão do ex-presidente. Quanto à relação da mercantilização da educação superior e a condição de dependência do Brasil na economia mundial, foi possível perceber que uma quantidade considerável das produções foca na influência dos organismos internacionais do capital para as políticas educacionais, outros percorrem um caminho tratando sobre o processo de colonização brasileiro e a

PROMOÇÃO



APOIO





herança dependente do país decorrente desse período. Entretanto, foi possível perceber que há uma quantidade bem menor de trabalhos que usam a Teoria Marxista da Dependência para analisar tal processo.

Já quanto à penetração do capital financeiro no setor educacional, percebemos que as produções predominantemente discutem sobre o processo de oligopolização nesse setor e sobre a utilização do fundo público pelo capital educacional. Como se trata de um processo muito complexo, que envolve muitas categorias econômicas e sociais, ainda há muito o que ser abordado e estudado, até mesmo porque se trata de um processo atual, que está em curso e tem alcançado proporções cada vez maiores. Sendo assim, podemos concluir que há sim uma quantidade considerável de produções no âmbito do Serviço Social sobre a temática em questão, entretanto ainda há muitas contribuições a serem realizadas, tendo em vista que a realidade não se esgota, ela é dinâmica e vai assumindo características diversas com o decorrer do tempo. Em relação ao setor educacional, tais características são majoritariamente negativas, daí a importância de conhecer a sua essência, por trás daquilo que está aparente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Andréa C. P. dos Santos. **A Expansão dos Cursos de Graduação em Serviço Social no Nordeste Brasileiro em Tempo de Capital Neoliberal**. São Cristóvão, 2013. 121 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, 2013.

ANTUNES, Andressa E. Martos. **O Movimento de Expansão dos Cursos de Graduação em Serviço Social no Estado do Paraná: a particularidade da educação a distância**. Toledo, 2017. 217 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2017.

ARRUDA, Jerillee Silva de. **FIES e a Oligopolização do Ensino Superior Privado-Mercantil no Brasil: nova forma de expropriação da classe trabalhadora?** Niterói, 2019. 242 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense, 2019.

CHAGAS, Carolina Lima. **A Expansão da Educação Superior na Contemporaneidade Brasileira: mercantilização, privatização e o ensino a distância**. Rio de Janeiro, 2015. 229 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

CORAL, Marinês. **As Contradições e Tendências do Processo de Expansão e Interiorização da Universidade Federal de Alagoas e seus Rebatimentos no Curso de Serviço Social de Palmeira dos Índios**. Recife, 2016. 268 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

CORDEIRO, Maria Geice de Lima. **Crescimento da Educação Superior na Modalidade a Distância Privada em Serviço Social e Implicações ao Registro Profissional no CRESS 1ª- Região**. Belém, 2019. 159 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, 2019.

COSTA, Fernanda Gomes da. **FIES, PROUNI e PROIES (2013/2019): valorização do capital no ensino superior**. Rio de Janeiro, 2021. 199 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021.

FERRAREZ, Cynthia Santos. **Estado e Mercantilização da Educação Superior: considerações para o projeto de formação profissional do Serviço Social na contemporaneidade**. Rio de Janeiro, 2016. 179 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

_____. **Capital Financeiro e Educação Superior no Brasil: adoção estratégica das tecnologias para ascensão e fortalecimento dos conglomerados educacionais**. Rio de Janeiro, 2021. 399 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021.

FERREIRA, Débora S. M. Machado. **A Contrarreforma da Educação Superior do Governo Lula e a Formação Profissional em Serviço Social: uma análise dos Impactos do Reuni nos cursos de Serviço Social das universidades federais dos estados do Espírito Santo, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro**. Juiz de Fora, 2011. 285 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011.

FREITAS, Luciana da Costa. **FIES: uma verdadeira “ampliação do acesso” ao Fundo Público pelo capital educacional**. Rio de Janeiro, 2019. 115 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

GAIO, Raquel Mota Dias. **A Modalidade Ensino a Distância no Brasil e a Formação Profissional em Serviço Social**. Juiz de Fora, 2018. 205f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2018.

GRIMALDI, Patrícia Soares. **Trabalho Docente Precário e Intenso: o REUNI como um mecanismo que aprofunda a contrarreforma universitária na UFPB**. João Pessoa, 2018. 190 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, 2018.

LINS, Maria Alcina Terto. **Apropriação do Fundo Público pelo Ensino Superior Privado no Brasil: a intermediação do Estado**. Recife, 2017. 147 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

LIMA, Aline Ribeiro de. **EAD, A Distância nos Separa? Um estudo sobre a formação profissional em Serviço Social no Amazonas**. Manaus, 2019. 177 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, 2019.

MEDEIROS, Milena Gomes de. **Determinantes da Expansão Privada dos Cursos de Serviço Social no Rio Grande do Norte nos anos 2000 e o Perfil de seus alunos**. Recife, 2016. 267 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

NASCIMENTO, Clara Martins do. **A Universidade Brasileira sob o Padrão de Reprodução do Capital nos anos 2000**. Florianópolis, 2022. 196 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, 2022.

NONATO, Priscila Rodrigues. **Formação em Serviço Social e a Lógica da Expansão do Ensino Superior Brasileiro**: um estudo dos cursos na modalidade a distância em Goiás. Goiânia, 2018. 185 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2022.

OLIVEIRA, Nísia L. de Andrade. **Mercantilização do Ensino Superior e Cursos Ilegais em Serviço Social: a particularidade dos cursos livres e/ou de extensão**. Natal, 2022. 109 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2022.

PEREIRA, Ellen Caroline. **O Ensino Superior Brasileiro e o Projeto de Universidade do ANDES**: como que “no centro da própria engrenagem” “se inventam contra as molas que resistem”. Florianópolis, 2017. 209 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

PEREIRA, Jéssica A. Tomaz. **Uma Análise dos Relatórios do Banco Mundial e a Mercantilização da Educação nos Países Periféricos em Particular no Brasil**. Juiz de Fora, 2019. 220f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019.

ROCHA, Miliane Pinheiro da. **Educação Superior e Mercadoria**: um estudo sobre as políticas educacionais do governo Bolsonaro. Natal, 2022. 84 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2022.

ROMA, Cristiane da C. Lopes. **Financeirização do Ensino Superior Privado no Governo de Dilma Rousseff**. Rio de Janeiro, 2014. 107 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, Antonio I. Carlos da. **Empresariamento do Ensino Superior Brasileiro nos anos 2000**. Recife, 2022. 204 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, 2022.

SILVA, Édar J. D Mendes da. **Ensino a Distância no Brasil e sua Vinculação à Lógica de Mercado**: Um estudo sobre a Universidade Norte do Paraná. Goiânia, 2019. 99 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2022.

SILVA, Maria C. Nascimento. **A Intensificação da Mercantilização da Educação Superior no Brasil**: a particularidade dos cursos irregulares de Serviço Social nos estados da Paraíba, Pernambuco e Ceará. João Pessoa, 2020. 196 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, 2020.

SILVA, Ricardo Silvestre da. **O Avanço da Contrarreforma Neoliberal no Ensino Superior Brasileiro Pós Anos 2000 e a Formação Profissional em Serviço Social**. Rio de Janeiro, 2016. 394 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

VALDO, João P. da Silva. **Universidade Pública Brasileira no Século XXI**: Desafios e Projetos Antagônicos em Disputa. Niterói, 2019. 143 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense, 2019.

PROMOÇÃO



APOIO